



# Universidade de Brasília

Instituto de Ciências Humanas

Departamento de História

MULHERES NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO:

Uma análise da personagem Bertoleza, de *O Cortiço* de Aluísio

Azevedo

Keilla Vila Flor Santos

Brasília

2018

Universidade de Brasília  
Instituto de Humanas  
Departamento de História

**MULHERES NEGRAS NO PÓS-ABOLIÇÃO:**  
Uma análise da personagem Bertoleza, de *O Cortiço* de Aluísio  
Azevedo

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao  
Departamento de História do Instituto de Ciências  
Humanas da Universidade de Brasília como requisito  
parcial para a obtenção do grau de licenciado/bacharel em  
História

Orientador: Professor Dr. Marcelo Balaban

Keilla Vila Flor Santos

Brasília  
2018

## Resumo

A literatura pode ser uma rica fonte para estudos historiográficos. A partir dela e das informações sobre o autor, pode ser possível compreender melhor os contextos e as implicações políticas e sociais do período em que foi produzida, tal como o estudo das mulheres negras na sociedade carioca do pós-emancipação. Em *O Cortiço*, Aluísio de Azevedo traça uma trama interessante que revela aspectos sociais importantes do Rio de Janeiro no final do século XIX.

Neste livro as relações sociais de poder que se constroem entre as personagens Bertoleza e João Romão são importantes para se estudar as condições que eram, muitas vezes, impostas para mulheres negras reais a partir da segunda metade do século XIX. Dessa maneira, primeiramente Bertoleza será utilizada como inspiração para o estudo do destino das mulheres negras no pós-abolição e, por fim, o envolvimento romântico entre essas duas personagens servirá para analisar se a trama é apenas uma invenção do autor ou se ela encontra reflexos na realidade do momento em que foi produzida ou do qual diz respeito.

Palavras-chave: literatura, pós-abolição, mulheres negras, *O Cortiço*.

## Abstract

Literature can be a rich source to the historiographical studies. It 's from the Literature and the information about the authors that it might be possible to better understand the social and political implications and contexts of the moment it was produced, such as the study of the Black women in the post-emancipation carioca's society. In "O cortiço", Aluísio de Azevedo draws an interesting plot that reveals importante social aspects of the late nineteenth Century in Rio de Janeiro.

In this book the social realations of power that are built between Bertoleza and João Romão are important to the study of the conditions that were often imposed to real Black women from the second half of the nineteenth century. Therefore, Bartoleza will be read as the inspiration to the study of post-abolition Black women and the romantic relationship between the two characters will help us to analyze if the storyline is just fictional or if it finds its source in the accuracy of the moment it was written.

Key words: literature, post abolition, Black women, *O Cortiço*

## Sumário

Introdução .....	06
Capítulo I: Bertoleza e destino das mulheres negras no pós-Abolição .....	09
Capítulo II: A ficção próxima da realidade .....	21
Capítulo III: O trágico fim de Bertoleza e seus significados .....	29
Conclusão .....	39
Fontes e Bibliografias .....	42
Fontes.....	42
Bibliografias .....	42

## Introdução

*O Cortiço* foi lançado em 1890. Não teve seus capítulos periodicamente publicados em páginas de jornais, porque foi lançado como livro. Nele, o narrador observador conta a história de como se formou um cortiço carioca e quais personagens foram importantes para o estabelecimento deste como um dos maiores do Rio de Janeiro.

O livro trata de uma história que se passa em 1876, década em que os cortiços estão começando a se estabelecer no Rio de Janeiro<sup>1</sup>. Essas moradias eram um conglomerado de casas pequenas, na maioria das vezes com apenas um cômodo e o banheiro era de uso comum a todos os moradores. A maior parte das pessoas que habitavam esses espaços era negra, podendo ser escravos, livres e libertos. Os anos que precedem o lançamento do livro são também marcados por inúmeros debates em jornais sobre quais providências o governo deveria tomar a respeito da quantidade de cortiços e sobre seus moradores, porque na década de noventa do século XIX, essa forma de habitação teria se tornado um problema de segurança e saúde pública<sup>2</sup>.

No romance, o primeiro personagem apresentado ao leitor é João Romão, um português que tem delírios de riqueza e poupa migalhas com o sonho de um dia fazer fortuna. Em seguida, conhecemos Bertoleza, uma escrava quitandeira famosa por seus saborosos quitutes, o que lhe garantiu clientes fiéis. O caminho dos dois se cruzam, porque era na quitanda de Bertoleza que João Romão se alimentava diariamente

Bertoleza era uma fiel escrava ganho de um velho cego ao qual ela via apenas para entregar-lhe os *jornais* mensais. Era, além disso, amigada com um português que fazia fretes com uma carroça. Certo dia, esse português carregou mais peso do que poderia e caiu morto no chão. A morte do amasio de Bertoleza era o momento ideal para João Romão aproximar-se da negra trabalhadeira que ao longo de toda história servirá para ele como não só um, mas vários degraus na ascensão econômica e social do português. A narração da história dessas duas personagens encontra-se, para os leitores não familiarizados com a obra clássica de Azevedo, melhor destrinchada nos capítulos que seguem.

---

<sup>1</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 13

<sup>2</sup> *Ibidem*. pp. 23, 34.

Dentre todas as histórias que entremeiam o romance, a relação amorosa entre Bertoleza e João Romão é o que servirá como motivadora para estudo de alguns sentidos da liberdade de mulheres negras no imediato pós-abolição. Bertoleza, afinal de contas, é personagem criada por Azevedo para politizar o tema. Com isso, é importante lembrar que não se é possível estudar o pós-abolição sem antes retornar algumas poucas décadas antes da Lei Áurea para buscar algumas raízes do meio ao qual estão emersas essas mulheres.

Nesta monografia, então, a literatura será usada como fonte para o estudo da história. Para isso, é preciso pensar que qualquer obra literária é uma evidência situada em um processo histórico. A literatura pode, muitas vezes, se apresentar como fonte complexa. A relação entre história e literatura para fins de estudos historiográficos ganha proeminência no Brasil a partir de 1990 e, apesar de habitualmente se enquadrar no âmbito da História Cultural, o trabalho que se segue é de História Social<sup>3</sup>.

A produção literária, mesmo que com enredo fantasioso, pode dizer muito sobre o momento histórico no qual ela foi escrita: por que escrever aquilo, daquela forma e naquele momento? Em tratando ainda mais especificamente de uma literatura escrita por um autor abolicionista no pós-abolição é necessário refletir o porquê e qual o propósito dessa produção vir a existir nesse ano, tão próximo de 1888. Estar ciente que o autor se envolvia nos debates abolicionistas e possui outra obra – *O Mulato* – com caráter de denúncia social é relevante para a análise do enredo construído entre Bertoleza e João Romão. A literatura pode, então, trazer em si momentos muito comuns entre a narrativa e a época em que foi produzida (PESAVENTO, 2006)<sup>4</sup>.

Para melhor compreensão do uso de literatura como fonte para História, é preciso buscar entender os processos do tempo no qual a obra literária foi escrita e, não sendo o enredo completamente fantasioso, buscar conexões da realidade de época com a narrativa exposta pelo autor.

---

<sup>3</sup> CHALHOUB, Sidney e PEREIRA, Leonardo A. de Miranda. (orgs). *A História Contada. Capítulos de História Social da Literatura Brasileira*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira, 1998

<sup>4</sup> PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates 2006

Para Sevcenko (2003)<sup>5</sup>, a historiografia se põe ao encargo de compreender as estruturas sociais, enquanto a literatura se permite “vir a ser”. Ou seja, a história e o historiador se preocupam com a realidade factível, enquanto a literatura e o autor literário produzem possibilidades do que poderia ser ou ter sido um determinado evento social ou momento histórico.

Com a publicação de *O Cortiço*, Aluísio de Azevedo pretendia convencer os leitores de algo, provocar reflexões e emoções ou as personagens e enredos que construiu na narrativa são apenas fruto de sua imaginação?

*O Cortiço* é um romance com enredo riquíssimo, recheado de personagens com traços caricaturais para a época e histórias que variam entre romances, traições e exploração, além de sua clara crítica aos cidadãos do período em que foi lançado e do qual ele se passa. Tais características faz dessa produção uma rica fonte para se estudar as interações sociais entre homens brancos e mulheres negras e quais os possíveis destinos que essas mulheres seguiram no final do século XIX com o fim da escravidão.

---

<sup>5</sup>SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

## Capítulo I

### Bertoleza e destino das mulheres negras no pós-Abolição

O romance *O Cortiço* foi inspirado no clássico francês *L'Assommoir*, de Emile Zola. Os dois fazem parte do movimento literário Naturalismo, inaugurado primeiramente na França e estabelecido aqui no Brasil pelo próprio Aluísio de Azevedo, com *O Mulato*.

Nas narrativas Naturalistas, as características e ações dos personagens são constantemente associadas aos animais, como se os humanos sempre agissem levados por impulsos instintivos e animaisescos:

A redução das criaturas ao nível animal cai dentro dos códigos antirromânticos de despersonalização; mas o que uma análise mais percuciente atribuiria ao sistema desumano de trabalho, que deforma os que vendem e ulcera os que compram, à consciência do naturalista aparece como um fato de origem fisiológica, portanto inapelável. Como dá caráter absoluto ao que é efeito da iniquidade social, o naturalista acaba fatalmente estendendo a amargura da sua reflexão à própria fonte de todas as suas leis: a natureza humana afigura-se-lhe uma selva onde os fortes comem os fracos. Essa, a mola do Cortiço. Essa, a explicação das vilanias e torpezas que "naturalmente" devem povoar a existência da gente pobre<sup>6</sup>.

A “selva onde os fortes comem os mais fracos” revela que, para Bosi, o darwinismo social está presente no romance. O darwinismo social é uma teoria formulada por Hebert Spencer no final do século XIX e inspirada no Darwinismo, de Charles Darwin. Ela postula que existem níveis de evolução social nos quais a sociedade europeia, formada por pessoas brancas e afeitas ao trabalho, se encontra no topo. Assim, todas as outras formas de sociedade encontram-se abaixo da europeia seja por fatores climáticos (determinismo geográfico) ou pela cor dos indivíduos que a compõe (determinismo racial), mas todas elas caminham para o progresso: ascender na escala até chegar o mais próximo possível da sociedade europeia. Para Spencer, os indivíduos são naturalmente diferentes, sendo alguns superiores ou inferiores intelectual ou fisicamente aos outros. Esses indivíduos estão inseridos em uma eterna luta por sobrevivência. Quando coexistem socialmente, os mais fortes tendem a dominar os mais fracos para que estes não produzam uma sociedade pouco desenvolvida<sup>7</sup>.

---

<sup>6</sup> BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978.

<sup>7</sup> CLAEYS, Gregory. A "sobrevivência do mais apto" e as Origens do darwinismo social. In: *Revista de História das Ideias* 61 – 2000. (2): pp. 223-240

Desde que lançou *O Mulato*, em 1881, Aluísio de Azevedo passou a ser considerado abolicionista, pois nesse romance ele escancara todas nuances e horrores causados pela escravidão. Em “O Cortiço” não faz diferente: se empenha em mostrar o quão prejudicial o regime escravista pode ser para os indivíduos e, conseqüentemente, para o progresso da nação. Dessa maneira, neste segundo cria uma série de personagens negros, todos com suas particularidades, mas cada um traz consigo a marca do que era ser negro e viver em uma sociedade escravista, seja essa pelo cativoiro explicito (Bertoleza) ou pelo extremo avesso à labuta (Firmino).

*O Cortiço* foi lançado em 1890. Na narrativa, o autor constrói uma história não centrada apenas nos personagens humanos; além dos habitantes, é personagem importante o próprio cortiço. E não era qualquer cortiço, Azevedo constrói versão ficcional do famoso Cabeça de Porco, habitação coletiva demolida pelo prefeito Barata Ribeiro em 26 de janeiro de 1893<sup>8</sup>. As descrições dos personagens e suas trajetórias também chamam atenção do leitor por serem importantes para se pensar nas experiências que eram vivenciadas na época, como é o caso da relação entre João Romão e Bertoleza.

A história se inicia com a apresentação da personagem João Romão ao leitor. Romão esteve empregado em uma venda por doze anos, nos quais economizou dinheiro ao máximo. O enriquecimento de seu chefe fez com que o mesmo partisse de volta a sua terra natal, deixando a venda para João. Agora, como proprietário da venda, passou a fazer maiores sacrifícios para juntar dinheiro. Preso à aspiração de um dia enriquecer, ele “dormia sobre o balcão da própria venda, em cima de uma esteira, fazendo travesseiro de um saco de estopa cheio de palha”. Quanto à alimentação, João Romão recorria à quitanda mais próxima e mais barata, a de Bertoleza. E é dessa forma que os dois se conhecem<sup>9</sup>.

Bertoleza é uma negra “crioula” na faixa dos trinta anos de idade, escrava de um senhor cego que residia em Juiz de Fora, Minas Gerais. Trabalhava pesado todos os dias, acordava cedo e sua quitanda era das mais movimentadas do bairro, na qual servia pratos

---

<sup>8</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996

<sup>9</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço* – Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890, P. 07

como angu e peixe frito preparados pela mesma. Por estar na condição de escrava, pagava vinte mil-réis mensais ao seu senhor, ainda assim lhe sobrava dinheiro suficiente para, com suas economias, estar próxima da quantia necessária para comprar sua alforria<sup>10</sup>.

Após a morte do português carroceiro amante de Bertoleza, as histórias de João Romão e Bertoleza se cruzam, uma vez que suas quitandas eram próximas e Romão alimentava-se todos os dias na venda da mulher, porque a comida era boa e barata. Quando acontece a tragédia com o companheiro de Bertoleza, João está próximo e até se alegra do ocorrido, por ver naquela situação a oportunidade perfeita para se aproximar da mulher, agora, sozinha. Mostrando interesse pelo lastimável acontecimento, Romão se faz participar do sofrimento de sua vizinha com tanto afínco, que a mulher o escolheu como confidente das adversidades as quais a vida teria feito dela vítima. Confidenciou-lhe que seu senhor lhe arrancava o couro, exigindo altos valores mensalmente, mas que mesmo assim tinha economias guardadas. Com a aproximação, Bertoleza passou a ter confiança em João Romão e pediu-lhe que guardasse o valor que havia guardado para compra de sua alforria, já que da última vez um ladrão entrou escondido pela porta dos fundos e lhe furtou o dinheiro.

Em pouco tempo, o português já tomava conta de boa parte da vida de Bertoleza: era caixa, procurador e conselheiro. Até abriu uma conta no banco para ela, encarregou-se de enviar o jornal mensal para o senhor dela e, sempre que ela precisava de dinheiro, pegava direto das mãos de João, que tinha uma caderneta na qual anotava os gastos e lucros da “crioula”. A carga de confiança que Bertoleza depositou em João Romão chegou a tal ponto que ele foi tomando conta da vida dela aos poucos, chegando ao nível de pessoas o procurarem diretamente quando precisavam tratar de algum assunto com ela.

Toda essa proximidade descambou em um relacionamento amoroso. Mais uma vez Bertoleza se via envolvida sentimentalmente com um homem branco de nacionalidade portuguesa. Romão então propôs que morassem juntos e a mulher aceitou de bom grado,

---

<sup>10</sup> Possibilidade aberta pela lei 2040, de 28 de setembro de 1871, que permitia aos escravos a compra da alforria mesmo sem a permissão de seu senhor. Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185618> (acesso às 18:14h, 08/02/2018)

porque segundo o narrador “como toda a cafuza, Bertoleza não queria sujeitar-se a negros e procurava instintivamente o homem numa raça superior à sua”<sup>11</sup>.

Após se envolverem, João Romão compra um pequeno terreno usando as economias de sua amiga, levantou uma pequena casinha de dois cômodos, encheu de mobília simples e prometeu para a crioula que agora ela teria vida melhor, porque ele iria completar o que faltava para que ela comprasse sua alforria. Nesta semana, ele saiu por vários dias. Quando voltou para casa segurando um papel e leu em voz alta: era a alforria da mulher. Após ouvir que estava livre de pagar vinte mil-reis por mês, Bertoleza se ressentiu por seu antigo senhor “Coitado! A gente se queixa é da sorte! Ele, como meu senhor, exigia o jornal, exigia o que era seu!”<sup>12</sup>, mas Romão retruca dizendo lembrando-a que dele ou não, agora ela estava livre e não precisava mais se preocupar com isso.

Como o momento era especial, festejaram abrindo uma garrafa de vinho do Porto. Entretanto, Bertoleza não desconfiava que a tal carta de liberdade era de autoria do próprio João, ele havia forjado de forma até pouco cuidadosa, dado que nem tinha selo. Tal carta nunca chegou ao conhecimento do antigo senhor de Bertoleza. Para ele, a escrava teria fugido para Bahia depois da morte do antigo amigo.

João Romão só teve paz consigo mesmo meses depois, quando chegou aos seus ouvidos a notícia que o velho cego, antigo senhor de Bertoleza, havia morrido. A escrava deveria então passar para os filhos do velho como herança, mas, para sorte do português eles eram “dois pândegos de marca maior que, empolgada a legítima, cuidariam de tudo, menos de atirar-se na pista de uma crioula a quem não viam de muitos anos àquela parte”<sup>13</sup>.

A partir do momento em que se juntaram sob o mesmo teto, Bertoleza passou a desempenhar papel tríplice ao lado de João Romão: era sua criada, caixeira e amante. Acordava todos os dias às quatro horas da manhã, trabalhava até a noite, limpava, cozinhava, servia os clientes da quitanda, desempenhava todas as atividades que lhe eram

---

<sup>11</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço* – Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890, P. 09

<sup>12</sup> *Ibidem*. P.10

<sup>13</sup> *Ibidem*, p. 11

de competência e ainda arrumava tempo para passar e arrumar as roupas do amado, tudo isso com um sorriso no rosto. Já João nunca saía para passeios e sequer ia a missa. Trabalhava incessantemente ao lado de sua companheira para acumular lucros, tudo que ganhava, ia direto para o banco. Com a ajuda de Bertoleza, furtava pedra de uma pedreira que ficava próxima, no fundo de sua casa. Assim, os cúmplices foram levantando uma casinha atrás da outra e as alugava, até que João Romão juntou dinheiro suficiente para comprar parte da pedreira que antes era vítima de seus furtos e nela colocou seis homens para quebrar pedras. Com o passar do tempo, foram surgindo mais e mais casinhas, quando deu conta, o cortiço havia nascido<sup>14</sup>.

Como já mencionado, o cortiço torna-se a personagem principal na trama. O historiador Sidney Chalhoub, em seu livro *Cidade Febril*, chama atenção para o fato de que no Rio de Janeiro da segunda metade do oitocentos, os cortiços foram um importante espaço de luta dos negros contra a escravidão. Eles nascem entre 1850 e 1860 e seu surgimento está ligado ao crescimento do número de alforrias obtidas pelos escravos ou ao aumento da autorização dada pelos senhores dos negros de “viver sobre si”<sup>15</sup> – que significa que o escravizado poderia trabalhar da forma como desejasse para se sustentar e dar porcentagem desses ganhos ao seu senhor. É nesse contexto em que os cortiços passam ter importância na luta do negro, já que as habitações coletivas eram a alternativa mais viável de moradia e, pelo grande número de cativos que residiam nos cortiços, eles podiam encontrar ou formar redes de apoio, além de ser um ótimo esconderijo em casos de fuga<sup>16</sup>.

Com essa breve descrição sobre como era a vida de Bertoleza, podemos notar que desde o início, mesmo antes de conhecer a “crioula”, João Romão empenhava todas as suas forças em ascender econômica e, por conseguinte, socialmente, mas viu na situação da morte do companheiro da crioula, na sua tristeza e na sua solidão o momento perfeito

---

<sup>14</sup> *Ibidem* pp. 12 – 13.

<sup>15</sup> FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX* – São Paulo: Alameda, 2006, pp. 7 - 8.

<sup>16</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996

para aproveitar-se da boa disposição para o trabalho que a mulher possuía e ter ao seu lado alguém forte o suficiente para ajudá-lo nessa escalada social.

A história d'*O Cortiço* se passa em 1876, doze anos antes da emancipação nacional, cinco anos após a Lei do Ventre Livre. O livro é publicado em 1890, dois anos após a abolição. O uso da literatura como fonte história é importante para tentar compreender melhor o contexto do qual o livro é parte. A trajetória dessas duas personagens é importante para se pensar nas experiências de pessoas que, depois de anos convivendo com a escravidão, repentinamente passam a ter de aprender a viver sem ela. Dessa forma, como vem apontando a historiografia, não dá para se pensar em pós-emancipação sem levar em consideração todos os anos de escravidão que a precedeu.

Nos últimos anos os estudos sobre o pós-abolição no Brasil vem ganhando corpo tanto e quantidade, como em qualidade. Apesar de ganharem terreno no Brasil tardiamente, já reuniram um conjunto de análises significativa. Um dos estudos mais importantes sobre o período é a obra de Hebe Mattos e Ana Lugão (2005)<sup>17</sup>. Nela, as autoras definem o pós-abolição como um problema histórico. Os desafios são variados, desde de aspectos teóricos e metodológicos, até a dificuldades resultantes da grande quantidade de assuntos a serem abordados. A Lei do Ventre livre é um marco importante para se pensar as experiências de liberdade no final do século XIX, porque foi fundamental para que as relações entre senhor e escravo sofressem mudanças. A partir de 1871, além da libertação do ventre – o que retirava do senhor o poder sobre a descendência de seus cativos – também foi dado ao escravizado o direito de compra de alforria e de conservar o seu pecúlio. A principal diferença da lei de 1871 está o fato de assegurar liberdade para toda descendência dali para frente e as autoras supõem que a liberdade das crianças tenha ocorrido primeiro como uma forma de preparar a última geração de escravos para a liberdade. Nas últimas décadas do século XIX ficou mais difícil para os senhores serem considerados “bons” para seus escravizados, visto que o mecanismo de alforriar as crianças para demonstrar bondade, amplamente utilizado anteriormente, lhes foi tirado pelo Estado, em 1871. Dessa forma, os senhores passaram a se valer da “punição rápida

---

<sup>17</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

e justa” para manterem seu respeito perante os escravizados. Em 1886, com a revogação da lei da pena do açoite, restava-lhes apenas o “poder moral”.

As autoras explicam ainda que, a maciça transferência interna de escravos das áreas de menor movimentação financeira para as regiões mais agitadas economicamente – como a interação que acontece entre Nordeste e Sudeste no final do século XIX – é fator que deve ser considerado como relevante para o comportamento de cativos e libertos do século XIX, porque além de antecipar o fim da escravidão no Nordeste, também trouxe uma nova forma de interação nas relações entre senhores e escravizados. A partir de então, para que um negro escravizado continuasse com suas atividades sem qualquer conflito, era preciso que seu novo senhor não extrapolasse os limites de crueldades e castigos físicos, fazendo com que a estada naquela fazenda não se tornasse o que as autoras denominam de “cativeiro insuportável”. Tudo isso, porque

Até então, os senhores podiam basear boa parte do seu “poder moral” e, por extensão, boa parte da disciplina nas senzalas na ideia de que determinadas prerrogativas, em geral conquistadas pelos cativos mais antigos, eram concessão pessoal do senhor, podendo ser retiradas a qualquer momento<sup>18</sup>

Os negros que cometiam crimes contra os seus senhores e invariavelmente utilizavam as justificativas de aqueles serem “maus senhores” ou de estarem vivendo sob um “cativeiro insuportável” eram os mesmos que elas caracterizam como “desenraizados”, - ou seja, os escravizados recém-chegados nas fazendas onde trabalhavam e que foram levados para lá após serem transferidos de outra região do Brasil<sup>19</sup>.

A questão da abolição, então, torna-se um problema histórico a medida em que transforma as relações já comuns entre antigos senhores e escravizados e reinventa formas de exclusão e dominação, como acontece com Bertoleza. A personagem, apesar de escrava não vive mais em regime de confinamento em fazenda ou na casa de seu senhor, o que pressupõe uma relação senhor-escravo com menos restrições. Posteriormente, quando pensa estar livre, continua trabalhando para seu companheiro da mesma forma – ou até mais – que trabalhava em regime de escravidão.

---

<sup>18</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativeiro: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005, pp. 150 – 151.

<sup>19</sup> *Ibidem*.

Outra obra importante neste debate é *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* dos autores Flávio Gomes e Olívia Maria Gomes da Cunha (2007). Para eles é necessário direcionar nossos olhares tanto para o cotidiano de marginalização quanto para as estratégias de sobrevivência criadas pela população negra. As interpretações de liberdade e seus significados vividos por homens livres, libertos e ingênuos eram mutáveis e pautados por experiências históricas concretas partilhadas e vivenciadas em meio rural e urbano e pela promessa entorno do advento da República, que tornaria a sociedade brasileira mais civilizada e igualitária.

Em muitos casos, a liberdade não significou o avesso da escravidão. E outros, a sujeição, a subordinação e a desumanização, que davam inteligibilidade à experiência do cativo, foram requalificadas num contexto posterior ao término formal da escravidão, no qual as relações de trabalho, de hierarquia e de poder abrigaram identidades sociais não idênticas, similares àquelas que determinada historiografia qualificou como exclusivas ou características de relações senhor-escravo<sup>20</sup>

Pautar as experiências de liberdade a partir dos critérios de cor e raça nos ajuda a entender os delicados limites e ações que regem de forma simbólica e institucional os meios de acesso à cidadania e a igualdade existentes no Brasil durante a escravidão. Liberdade e escravidão não são termos que se contrapõe, para Gomes e Cunha. Com a abolição, a liberdade não foi restaurada para os negros, visto que para eles, ela nunca existiu. Ela foi inventada e experimentada pelos que não a conheciam.

A exposição das teorias de autoras e autores consagrados da historiografia brasileira é importante para pensarmos a respeito da condição na qual Bertoleza se encontrava ainda no início da trama, que posteriormente tomará caminhos muito mais torpes e dolorosos do que os narrados até agora, e como a trajetória da personagem é importante para se pensar nas experiências de mulheres negras que foram contemporâneas a ela e seus destinos no imediato pós abolição.

Mattos e Rios (2005) explicam que a última geração de escravizados tinha consigo o desafio de preservar as relações familiares as quais as crianças ingênuas herdariam. Tal

---

<sup>20</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

responsabilidade seria o motivo pelo qual muitos dos libertos fixaram-se nas proximidades de seus antigos locais de cativeiro. O destino das mulheres e crianças negras no pós-emancipação traz, segundo as autoras, pontos polêmicos nas Américas. A partir da emancipação acontece um processo de retirada das mulheres do trabalho coletivo no eito a partir da incorporação do trabalho destas em ambiente doméstico, o que sugere que já existia um projeto de trabalho e família sendo gestado dentro das senzalas. A trajetória da personagem Bertoleza parece corroborar com as teorias levantadas pelas autoras.

O primeiro ponto a se pensar, é que seguindo a narrativa, é possível perceber que para a ex-cativa, nos fatos de sua história expostos até o momento existem dois pontos de vista que a mulher lança sobre a relação que tinha com seu antigo senhor e sobre as exigências imbuídas em suas atividades como escrava: primeiramente, logo após a morte de seu primeiro companheiro, em seu desabafo à João Romão ela diz que ele arrancava seu couro por pedir uma quantia tão alta mensalmente, o que a obrigava a trabalhar incessantemente; depois, quando João Romão chega na casa que compartilham com sua alforria em mãos, antes de esboçar felicidade a mulher sente dó do seu antigo senhor e o defende dizendo que ele apenas pedia o que lhe era de direito. Quando defende seu antigo senhor, desconsidera todos os anos em que trabalhou arduamente para, além de pagar os *jornais* mensais, ainda conseguir juntar dinheiro para comprar sua liberdade.

Só após João Romão dizer que sendo justo ou não, agora ela estava livre, a mulher consegue sentir alegria suficiente para festejar com seu novo companheiro abrindo uma garrafa de vinho do Porto. Mesmo com todos os anos que passou juntando dinheiro para sua alforria, a personagem só passa a sentir felicidade por sua liberdade quando João Romão a atesta como uma garantia.

Outro ponto a se pensar é que, depois de se juntar com João Romão, Bertoleza, que já trabalhava muito enquanto escravizada, agora, “alforriada”, passa a ter novas tarefas diárias, como servir os clientes da quitanda de seu companheiro, deixar as roupas dele limpas, passadas, cuidar da assepsia e organização da casa em que moravam e posteriormente carregar enorme carga de peso roubando as pedras da pedreira dos fundos ao lado de João. Mesmo com mais atividades a serem desempenhadas, o que exigia muito

mais dela fisicamente, a mulher continuava com um sorriso no rosto ao acordar às quatro horas da manhã, pois agora, teoricamente, estava livre.

Bertoleza era escrava de ganho, trabalhava em meio urbano e, pelas informações que o narrador fornece, só via seu senhor uma vez por mês, no momento de entregar o jornal mensal. O distanciamento entre a ex-cativa e seu antigo senhor era tanto que após a morte dele, os herdeiros sequer se lembraram de ir atrás de uma escrava que supostamente teria fugido. Para Mattos e Rios (2005), o espaço destinado às vendas era privilegiado para os escravizados, pois por meio delas, os negros vendiam boa parte do que produziam e dessa forma conseguiam comprar o que precisavam e negociar serviços. Além disso, a presença dos escravos de ganho em meio urbano faz com que fossem construídos inúmeros espaços comuns de socialização entre livres, forros e escravizados<sup>21</sup>. Adriana Dantas Reis (2012) explica que diversas pesquisas mostram que mulheres possuíam mais facilidade em conseguir comprar suas alforrias que os homens, porque estas eram maioria nas feiras como quitandeiras, quituteiras ou artesãs, e assim como Bertoleza, conseguiam poupar de seus ganhos para comprar a liberdade e a de seus companheiros, além de possuírem melhores formas de negociação e persuasão. Outro ponto levantado pela autora é que ao mesmo tempo que ascendiam socialmente também proporcionavam ascendência social às mulheres próximas em situação de dependência<sup>22</sup>.

Quando não logravam a alforria por meio de compra, muitos escravos de ganho entravam com processos na justiça para alcançá-la, porque como explica Keila Grinberg, o que torna a interação entre senhor e escravizado válida são as relações de dependência e sujeição. Dessa maneira, se um cativo “vive sobre si” há um determinado tempo, garantindo alimentação e organizando sua jornada de trabalho sem supervisão de seu

---

<sup>21</sup> RIOS, Ana Lugão; MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

<sup>22</sup> REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-descendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 24

senhor, então está quebrado um dos princípios da escravidão<sup>23</sup>. Isso quer dizer que Bertoleza, se fosse uma personagem real, também teria chance de conseguir sua liberdade por via legal, visto que, como já mencionado, pela narrativa presente no romance ela já trabalhava como quitandeira a tempo suficiente para ter uma clientela fiel. Mesmo com o amparo legal, a mulher permanece em cativeiro até que João Romão lhe dê a liberdade. Esse é um dos motivos pelo qual a personagem tem forte sentido político no período pré e no imediato pós-abolição.

Em *Mulheres negra no Brasil escravista e do pós-emancipação* (XAVIER, FARIAS e GOMES, 2012), a historiadora Giovanna Xavier propõe o estudo de como as mulheres negras eram retratadas em algumas produções literárias do século XIX e as divide em tipologias: *bela mulata*, *crioula feia*, *escrava fiel*, *preta resignada*, *mucama sapeca* ou *mestiça virtuosa*. A autora deixa claro que mesmo que as personagens façam parte do grupo “mulheres negras”, seja elas livres, forras ou escravas, a construção das tipologias produziu resultados diferenciados a partir das características de cada autor. A partir da análise de Xavier, Bertoleza encontra-se na tipologia de “preta resignada” por ser retratada como submissa durante a maior parte da história. Entretanto, quando a personagem se dá conta de sua condição e confronta seu companheiro, a questão posta pela autora é de se toda a sua trajetória é apenas de submissão ou se também é de resistência a uma estrutura social que lhe foi imposta<sup>24</sup>.

Bertoleza não é uma mulher real, é a personagem de uma história fictícia que se passa ainda nos anos de escravidão. Entretanto, sua história - que não se encerra nos acontecimentos expostos neste capítulo - não parece ser algo absurdo de se imaginar acontecendo com uma mulher negra de carne e osso no final do século XIX. Como já

---

<sup>23</sup> GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiça no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (orgs.). *Direitos e justiça no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, pp.101-128.

<sup>24</sup> XAVIER, Giovanna. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 74-76

demonstrado, a sua história se encaixa com os estudos do contexto de época, mas será que existiram Bertolezas na vida real?

## Capítulo II

### A ficção próxima da realidade

Aluísio de Azevedo constrói em seu romance personagens com características marcantes e os coloca em situações que expõem toda a proximidade de comportamento que os homens podem ter dos animais, como a natureza humana pode ser vil em episódios na ficção que podem ser tão corriqueiros no plano da realidade a ponto de levar o leitor a reflexão sobre as relações sociais nas quais estão imersos.

A literatura não é apenas uma ferramenta de entretenimento. Mesmo com uma narrativa de ficção, ela tem uma forte ligação com o espaço, com o tempo histórico e com as condições socioculturais na qual está envolvida. Naquele momento, pode ser também concebida como uma interpretação política da realidade. Assim, os elementos sociais e históricos são a base central para a produção literária ficcional.

Neste sentido, torna-se importante destacar o fato de que a produção da obra literária está associada ao seu tempo, refletindo em suas narrativas *angústias* e *sonhos* de agentes sociais contemporâneos à sua criação e mesclando elementos de ficção e das possíveis realidades existentes no momento da criação literária. Dessa forma, a obra de ficção lida com ações sonhadas, com sentimentos compartilhados, com intermediação entre o real e as aspirações coletivas. A obra literária constitui-se parte do mundo, das criações humanas, e transforma-se em relato de um determinado contexto histórico-social. Por isso, “qualquer obra literária é evidência histórica objetivamente determinada – isto é, situada no processo histórico”, cabendo ao historiador se debruçar sobre estas obras como uma “nova” fonte de percepção para a produção historiográfica, indagando, questionando, trazendo a tona a sua visão sobre determinado tempo.<sup>25</sup>

Gilberto Sena Junior explica ainda que os personagens e enredos não são reais ou uma oposição da realidade, são na verdade representações constituídas historicamente que põem em exposição forças que se relacionam e definem o imaginário acerca do real como uma construção social, além de serem muito importantes para buscar compreensão histórica das imagens e metáforas. Dessa maneira, a literatura cumpre seu papel de fornecer elementos fundamentais na elaboração de uma realidade acerca dos fatos a partir do olhar de um observador privilegiado: o autor.

*O Cortiço* pode ser, então, usado como fonte para estudar experiências de mulheres negras no imediato pós-abolição. Como uma personagem como Bertoleza, uma “crioula” fedida

---

<sup>25</sup> JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. Realidade versus ficção: A literatura como fonte para a escrita histórica.

e sempre tisonada, tornou-se um dos cerne de um romance clássico da literatura brasileira? Ela é apenas fruto da imaginação de Aluísio de Azevedo?

O autor da obra literária que contém a personagem que nos interessa estava inserido no debate abolicionista de sua época, final do século XIX, e possuía olhar próprio sobre as mazelas vividas pela população negra no Brasil. Era aclamado por seus pares, chegando a ganhar nota a respeito de suas produções em um jornal da corte, *Cidade do Rio*, na edição de número 197, em 03 de Setembro de 1888:

Deve aparecer em breve *O Mulato*, de Aluizio Azevedo. O romance do laborioso escriptor maranhense foi refundido e burilado, de sorte que, conservando o seu sabor original de obra brasileira, possui ao mesmo tempo a contextura cuidada, a mais delicada forma, sendo verdade pelo fundo de observação e deleitando pela moldura.

É para admirar o que o romancista maranhense consiga dar prontos, em menos de um anno, dous romances de folego – *o Homem e o Cortiço*, prestes a sahir e refundir *o Mulato*, *o Coruja e a Casa de Pensão*.

Poucos literatos conhecemos da força operosa de Aluizio, o dedicado artista, o adoravel companheiro e o puro meticoloso caracter que todos estimam e procuram pelos seus dotes de espirito e de moral.

Desejamos sinceramente ao bom amigo um sucesso, pelo menos igual ao do *Homem*, para seu próximo *Cortiço*.<sup>26</sup>

O jornal *Cidade do Rio* foi fundado em 1887, por José do Patrocínio. Sendo seu fundador um abolicionista, o cunho das matérias redigidas e propagadas no jornal eram de mesma vertente. Sua primeira fase de publicações vai de 1887 a 1893, tendo sua produção interrompida por dois anos devido às convulsões políticas do período. Volta a ser impresso em 1895 e sua segunda fase dura até 1902<sup>27</sup>. É nesse mesmo jornal que, além do elogio à Azevedo, se é possível encontrar inúmeras mulheres negras bem reais que, assim como Bertoleza, se relacionaram com homens brancos e vivem relações completamente desiguais em recortes de raça e gênero. Também é possível encontrar mulheres negras em condição de escravidão que tem seus sentimentos e corpos negligenciados o que as leva a aparecerem em suas sessões de denúncia.

Na busca por mulheres que tiveram trajetórias de vida próximas à Bertoleza, é possível notar que na redação das publicações do jornal *Cidade do Rio* apenas pessoas negras tem

---

<sup>26</sup> Cidade do Rio – Rio de Janeiro, 1888, p. 02

<sup>27</sup> SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil* – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999

a cor da sua pele mencionadas nas matérias, ou seja, quando o jornal fala de uma pessoa branca, ele fala apenas de um homem, ou uma mulher, sem mencionar a cor de sua pele, mas quando trata de pessoas negras elas são sempre “um homem de cor preta” ou “um cadáver de cor preta”. A segundo padrão identificado é que a palavra “negra” aparece poucas vezes como sujeito e muitas vezes como adjetivo (por exemplo “... a negra ferida que mancha nossa sociedade...”), enquanto a palavra “preta” pode ser tanto sujeito quanto adjetivo (ex: “a pobre preta...” e “...sua amante de cor preta...”), mas na maioria das vezes está relacionada a seres humanos e algumas vezes a objetos (“vende-se um chapéu na cor preta”). A palavra “mulata” aparece com muito menos frequência e surge mais vezes nos romances que eram publicados no jornal do que em casos reais.

Observar esses padrões, além de ser útil para facilitar a pesquisa com o buscador online ainda permite comparação com a forma como o autor trabalha esses termos no romance. As palavras “negra” e “preta” são sempre usadas para definir Bertoleza, a mulher de pernas gordas que está sempre descabelada, suja, suada e trabalhando, enquanto “mulata” é sempre usado para tratar de Rita Baiana, que é a personagem que, apesar de ser negra, se encaixa nos padrões de mulata lasciva, estando sempre arrumada, de banho tomado, perfumada e que, para além disso, era considerada provocativa até enquanto estava trabalhando lavando roupa no rio. Isso quer dizer que para a época os termos supracitados não têm o mesmo significado. “Negra” e “preta” estão, na maioria das vezes relacionados a adjetivos negativos (“E tinha de estirar-se ali, a lado daquela preta fedorenta a cozinha e bodum de peixe!”<sup>28</sup> ou “Uma vez deitado, sem ânimo de afastar-se da beira da cama, para não se encostar com a amiga, surgiu-lhe nítida ao espírito a compreensão do estorvo que o diabo daquela negra seria para o seu casamento”<sup>29</sup>), enquanto “mulata” denota caráter de sexualização da imagem da mulher negra (“E cada verso que vinha da boca da mulata era um arrulhar choroso de pomba no cio”<sup>30</sup>), portanto seria mais difícil encontrar o caso de uma mulher que se parecesse com a Bertoleza buscando por “mulatas” no jornal, entretanto não é impossível.

---

<sup>28</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço* – Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890, p. 228

<sup>29</sup> *Ibidem*. p. 229.

<sup>30</sup> *Ibidem*. p. 177.

Depois de identificar as diferentes denotações dos termos, o primeiro caso encontrado no *Cidade do Rio* é a respeito de uma mulher negra e escrava que aparece na publicação de 16 de Dezembro de 1887, intitulado como “O caso da preta Isabel”:

Em um collegio da rua da Saude, achando-se a termo de gravidez a preta Isabel, de 20 e tantos annos de idade e escrava, foi chamado hontem para prestar-lhe os socorros de sua profissão um conhecido medico-parteiro desta côrte.

Quando já houvera começado a operação e ia ella em meio, o clínico teve a ideia de perguntar quem o responsavel pelo parto a que assistia. Naturalmente foi-lhe respondido que o senhor de Isabel se promptificaria a retribuir o trabalho.

O medico pediu então licença para ir tomar banho e ausentou-se sem determinar nenhum cuidado a seguir-se com a parturiente, que à volta do alludido clinico, era já falecida de uma hemorragia.

Foi passado o attestado de óbito e o enterramento se effectuaria hoje sem intervenção da autoridade policial superior, si o Dr. Heitor Cordeiro, havendo tido denunciado facta, não ordenasse à Empresa Funeraria que lhe mandasse participar quando recebesse ordem de enviar conducção para o enterramento.

Acreditamos que a inhumação não se realise; julgamos que o cadáver seja desde hoje removido para o necrotério. Em todo caso, do que suceder daremos em 2ª edição noticia. Cabe agora acrescentarmos que, além do officio à Empresa Funeraria, o Sr. Dr. Heitor dirigiu uma carta particular ao alferes Baptista, commandante da 7ª estação policial, pedindo informações sobre o triste caso.

A exposição que fizemos do facta é a summa do que nos foi relatado, e que fal folgaremos não sendo exacto<sup>31</sup>

O caso da preta Isabel causou tamanho alvoroço que um outro jornal também noticiou a tragédia. O *Jornal do Commercio* (RJ) entrou no debate dando voz para que o médico responsável pelo parto da preta Isabel se pronunciasse na edição do dia 17 de dezembro de 1887. Na publicação feita por esse periódico aparecem mais informações de quem era Isabel e onde ela estava, quem era seu senhor e o porquê de ele não estar presente no momento do iniciado trabalho de parto que culminou na morte de sua escrava.

Morte de uma parturiente – Hontem, às 9:30 horas da manhã o Sr. Francisco Leopoldo Dutra apresentou-se ao Dr. Heitor Cordeiro, 2º delegado de polícia, e declarou que tendo alugado uma sua escrava de nome Isabel, no collegio de meninos da rua da Saude nº 132, foi surpreendido ante-hontem, às 6 horas da tarde, em sua residência, com duas cartas, que lhe forão enviadas pela dona da casa, onde estava Izabel alugada, participando-lhe, a primeira, que Izabel ia dar a luz, e communicando-lhe a segunda o fallecimento da parturiente.

Fez outras declarações pelas quaes nascia suspeita que a mulher tivesse fallecido victima de um erro ou descuido profissional.

A vista de taes declarações o Dr. Heitor Cordeiro mandou remover o cadáver de Isabel para o necroterio, afim de ser autopsiado.

Pelas informações que nos forão fornecidas por pessoas do collegio, o facta deu se do seguinte modo:

---

<sup>31</sup> *Cidade do Rio* – Rio de Janeiro, 16/12/1887, p. 02.

Sentido-se Isabel no dia 14, à noite, incommodada e com dores de parto, foi imediatamente chamada uma parteira, que passou a noite ao lado da doente. Isabel, que era muito gorda, teve várias hemorragias. No dia seguinte, vendo que a parteira nada conseguiu, o dono da casa andou chamar o Dr. Carolino dos Santos, medico parteiro.

O Dr. Carolino foi ver Isabel, as 6 horas da manhã; procurou, por meio de ferros, extrahir a criança. As 7 horas vendo que nada conseguia resolvei deixar em repouso a doente, e retirou-se, dizendo que ia até a sua casa e depois voltaria.

Com effeito, cerca de meio-dia voltou, encontrando porem Isabel morta. Examinou-a atentamente e verificou que a sua morte foi devido a um esgotamento nervoso. Passou o attestado de óbito e retirou-se depois de ter-se entendido com a dona da casa sobre o pagamento de seu trabalho. [...]

O Dr. Tomaz Coelho, médico da policia fez a autopsia do cadáver e verificou que havia ruptura do útero, e que o feto era viável.

O resultado da autopsia foi remetido ao Dr. 2º delegado.<sup>32</sup>

O *Cidade do Rio* ainda falou sobre “O caso da preta Isabel” mais uma vez no dia 21 de dezembro de 1887 para cobrar que o médico desse uma explicação mais clara a respeito do trágico acontecimento e que comprovasse que não havia como salvar a vida da negra e de seu filho já que o laudo da perícia policial atestava que, pelo estado em que o útero se encontrava, tinha possibilidade de que o parto fosse realizado com sucesso. Entretanto, não encontrei em nenhum dos jornais qualquer menção sobre o caso depois desta data.

Um outro caso encontrado em uma das primeiras publicações do jornal é o da preta Maria Luiza, que aparece na edição de 05 de Outubro de 1887 por quase ter sido assassinada pelo seu companheiro após um ataque de ciúmes:

Hontem, as 4 horas da tarde, na estalagem nº 221 á rua do Visconde de Itaúna, ia sendo victima da allucinação de Eduardo José de Oliveira Maria Luiza da Conceição, de côr preta, e alli moradora, em sua companhia.

Oliveira, tomado de ciúmes por Maria, sua amante, depois de pequena alteração, tentou feri-la com uma navalha que empunhava.

Maria fugiu e refugiou-se ao interior da estalagem, sendo perseguida por seu aggressor, que então , aos gritos de socorro e trillar de apitos dos moradores visinhos, foi preso depois de grande resistênciã e tentar aggridir com a mesma arma a praça João Tenório de Oliveira, que compareceu ao logar.

Conduzido a 13ª estação, foi apresentado ao subdelegado respectivo que procedeu na forma da lei<sup>33</sup>.

O terceiro caso encontrado também no Cidade do Rio, na coluna “Pelos Estados”, de 03 de outubro de 1893 conta o caso de um “horrrível assassinato” que foi originalmente publicado no periódico “O Democrata”, do Pará:

---

<sup>32</sup> *Jornal do Commercio* – Rio de Janeiro 17/12/1887, p. 02

<sup>33</sup> *Cidade do Rio* – Rio de Janeiro, 05/10/1887, p. 01

Por informações que temos, acaba de dar-se a 25 do mez passado, no rio Piriá, um crime cujas circunstancias denotam o grau de perversidade do autor.

Clarimundo de Souza Santos, o triste autor do facto, morador no centro do mesmo rio, era amasiado com uma mulata de 24 annos de idade, natural desta cidade e chamada Etelvina Ferreira.

Por mais de uma vez tinha ella sido victima dos ciúmes de seu amante: no dia 25, porem, tendo Clarimundo a jogar em casa vários amigos, nenhuma alteração houvera.

Pelas sete horas da noite, quando Etelvina preparava a ceia, foi chamada instantemente por Clarimundo, que pediu-lhe uma roupa.

Acudiu ao chamado, sendo sem motivos apparentes repellida bruscamente e obrigada a voltar aos seus affazeres.

Foi para o interior e logo, alguns minutos passados, sentio atraz de si passos; voltou-se e deparou com Clarimundo armando de uma eespingarda.

As outras pessoas distantes da scena e por cujo socorro gritou a desgraçada, quando chegaram encontraram-na ainda agarrada ao cano da arma fumegante pois Clarimundo tinha já disparado, matando-a instantaneamente.

Consummado o crime, procurou o miserável escapar-se fugindo logo; os presentes contudo seguiram-no ao encalço conseguindo após breve luta segura-lo.

Felizmente em seguida ao facto compareceu ao local do crime o agente de segurança residente da visinhaça o qual juntamente com os cidadãos presentes levou o criminoso á presença do subprefeito, onde lavrou-se o termo de flagrante.

Que não vá agora ficar este crime impune como tantos outros que se tem dado no interior onde a justiça – que nos relevem a franqueza – além de difícil, e por demais *politica* e algum tanto... inepta<sup>34</sup>.

Nos casos relatados acima tratam de três mulheres de pele escura, uma mulata e duas pretas, sob condições jurídicas de liberdade ou clausura diferentes: primeiro uma escrava, depois uma negra livre, mas vivendo em anos de escravidão institucional e por fim uma mulher mulata vivendo no pós-emancipação. Apesar de serem casos diferentes, cada uma traz um pouco de Bertoleza em sua trajetória.

A primeira, “O caso da preta Isabel” fala de uma negra escravizada que estava grávida e foi alugada para outro senhor. No momento de seu parto, um médico é chamado para socorre-la e ao se dar conta de que estava tratando de uma escrava, que provavelmente não teria como arcar sozinha com os custos do parto, o médico pergunta quem ficaria responsável pelos valores da operação. Os presentes respondem que o senhor da mulher iria se responsabilizar pelos custos e mesmos assim o médico abandona o local, segundo o *Jornal do Commércio* (RJ), retorna três horas depois e encontra o corpo da mulher e do bebê sem vida.

---

<sup>34</sup> *Cidade do Rio* – Rio de Janeiro, 03/10/1893, p. 02.

Vários fatos chamam atenção nesse caso, um deles é a postura do Dr. Francisco Leopoldo Dutra, o senhor de Isabel, diante de tudo isso. Segundo ele mesmo relata ao delegado responsável pelo caso, ele foi informado por carta que sua escrava estava próxima do momento de parir. Essa notícia, entretanto, não é suficiente para que ele vá ao encontro da negra. Esse esforço por parte do senhor só acontece após receber uma notícia do senhor para que Isabel estava sendo alugada informando a morte da mulher, alguns dias depois de receber a primeira carta. Com as duas cartas em mãos o senhor de Isabel vai até a delegacia para saber o que está acontecendo, afinal de contas, ele tinha acabado de perder um de seus bens, alguém teria que ser responsabilizado por aquilo ou, ao menos, ele merecia explicações mais claras.

A partir disso, o que Isabel e Bertoleza tem em comum é, além da transferência de senhores – que no caso da primeira acontece de forma consciente, já que permanece em regime de escravidão – a negação de sua humanidade. As duas são tratadas como peças que são importantes enquanto seu trabalho gera lucro ao seu senhor, mas tornam-se automaticamente descartáveis se de algum modo o fato de elas sentirem dores e não serem resistentes a qualquer tipo de intempérie atrapalha os planos dos homens brancos que lhes cercam. A gravidez de Isabel atrapalhava os lucros de seu senhor, já que grávida ela não poderia realizar atividades que a exigissem muito fisicamente, mas ela precisava continuar gerando lucros, por isso foi alugada. Quando seu filho nascesse, ele também seria de responsabilidade do Dr. Dutra, mas não seria seu escravo. Hebe Mattos e Ana Lugão (2005) explicam que para muitos senhores, manter os filhos de suas cativas após a lei de 1871 gerava despesas que na maioria das vezes não era vantajoso para os senhores.

Tanto para Isabel, quanto para Bertoleza, a oportunidade de ser mãe é negada. A primeira pela morte inesperada e prematura no momento do parto, a segunda porque ter filhos não estava nos planos de seu amigo João Romão, que a convencia de tomar os chás da Bruxa<sup>35</sup> nas duas vezes em que pensou estar grávida.

O segundo e o terceiro caso são narrativas reais mais próximas uma da outra e também mais próximas de Bertoleza. No segundo caso, o ciúme excessivo de Eduardo José de

---

<sup>35</sup> Bruxa é o apelido de uma índia velha que morava no cortiço.

Oliveira é o motivo pelo qual toda contenda se estabelece. O sentimento do homem é caracterizado pelo periódico como uma “alucinação” – provavelmente porque não se sabe o motivo do ciúme - tal qual suficientemente perigosa a ponto de colocar a vida de Maria Luiza em risco, obrigando a moça a fugir e procurar esconderijo dentro de sua própria casa. O delírio ciumento de Oliveira foi tamanho, que mesmo com a chegada da polícia, ele tenta mais uma vez agredir sua companheira em uma praça pública e resiste a prisão. Dessa vez, até onde o jornal nos permite saber, a mulher saiu dessa situação sem maiores prejuízos físicos.

No terceiro caso, Etelvina é uma mulher negra que também mantém um relacionamento romântico desigual com seu companheiro e foi vítima de seu ciúme, mas diferente de Maria Luiza, essa não era a primeira vez em que a moça era atormentada pelo ódio de seu companheiro. Sempre em prontidão para servir Clarimundo, a mulher trabalhava calada e tratava de fazer as coisas o mais rápido possível. Entretanto, sua eficiência obediente servidão não foram suficientes para que seu parceiro a assassinasse com um tiro a queima roupa.

João Romão, após realizar o sonho de fazer fortuna, passa a nutrir outra ambição: a de ascender socialmente. Para isso, sua ligação íntima com Bertoleza se torna um problema. De solução, a negra passa a ser um problema difícil de ser sanado. Uma primeira alternativa que lhe ocorreu foi assassinar a amante. Apesar de planejar mentalmente o crime por diversas vezes, não teve coragem de executá-la. Então encontrou solução alternativa, e não menos cruel para seu problema: levar os filhos de seu antigo senhor, herdeiros das propriedades do pai por direito, até ela, a escrava fugida. Ou seja: levá-la de volta para o cativeiro institucional. Essa atitude de Romão leva o livro a um desfecho dramático carregado de simbolismos: Bertoleza se suicida com uma faca que rasga o ventre de um lado a outro. Quais seriam os sentidos dessa atitude? É disso que trata o próximo capítulo

## Capítulo III

### O trágico fim de Bertoleza e seus significados

O Botelho, homem velho que parasitava o dinheiro do Miranda, deu a João Romão a ideia de que ele se casasse com Zulmira, a filha de Miranda, porque assim seria mais facilmente inserido na alta sociedade, pois ele já possuía o dinheiro, só lhe faltava uma porta de entrada. Romão gostou da ideia e pediu ajuda ao velho. Como no mundo nada vem de graça, Botelho estipulou um valor para ajuda. Romão pagou. Assim, o português começa a planejar seu casamento com a filha de seu antigo rival<sup>36</sup>.

João Romão possuía rugas com Miranda desde o momento em que ele passou a ser seu vizinho. Miranda é casado com dona Estela e os dois vivem um relacionamento de infeliz por causa das traições cometidas pela esposa. Os dois têm uma filha chamada Zulmira, que ainda era uma criança quando se mudaram para a rua dos fundos da pedreira de João Romão. A briga entre os vizinhos começou por um simples pedaço de terra que Miranda queria comprar da pedreira de João para fazer um quintal em sua propriedade para que a filha tivesse espaço para brincar. Romão se recusa a vender o terreno e assim os dois vizinhos seguem suas mútuas provocações por um tempo. Até que um dia, para diferenciar-se do vizinho que estava a enriquecer, Miranda, que já era um homem de algumas posses, decide comprar um título de nobreza. Agora com o título de nobreza com a certeza de superioridade a João Romão, as provocações por parte de Miranda cessam.

Botelho arrumou tudo da melhor forma para que João Romão se aproximasse da filha de seu antigo rival e a aproximação deu certo. Um dia, Zulmira questiona João Romão a respeito de Bertoleza e ele afirma que dará um jeito de livra-se dela. A negra escuta a conversa, confronta o português e pede para também gozar dos lucros de tudo que eles conquistaram juntos. Romão diz que ele fará por ela o que for justo, dará uma quitandinha para que ela possa trabalhar por si, mas o que ela estava a pedir era absurdo para ele. Ela afirma que é negra, mas tem sentimentos, precisa descansar, iniciou a vida trabalhando em cativo e não quer termina-la do mesmo modo. E o homem diz que ela pode descansar, que não lhe faltará nada, mas que não dividirá os lucros.

---

<sup>36</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço* – Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890, pp. 222 - 226.

A discussão entre João Romão e Bertoleza terminou com a mulher dizendo que se o português queria casar-se, que demonstrasse menos ingratidão, já que não admitia que tudo que havia conquistado até então foi com ajuda dela, e ao menos a esperasse morrer. Depois disso, Romão retirou-se da sala com raiva, e levou consigo Zulmira<sup>37</sup>.

Ao sair de casa, João Romão encontra-se com Botelho, que tenta acalmá-lo, mas em um ataque de fúria, o português afirma que não aguenta mais nem um segundo a presença da crioula em sua casa e que se ela não quiser se retirar por bem, então será por mal. João segue caminhando rápido, o velho Botelho mal consegue acompanhar suas passadas rápidas e carregadas de raiva. No meio da caminhada, porém, o velho parasita pergunta a Romão se Bertoleza era escrava antes dele conhece-la. Enquanto isso, o português pensava em trancafia-la em um hospício próximo, para se ver livre do problema, mas a pergunta de Botelho fez surgir uma nova ideia na cabeça do vendeiro: entrega-la ao seu antigo senhor e restituí-la novamente à escravidão legal.

Botelho pergunta se João sabe quem é o dono de Bertoleza e ele diz saber o sobrenome, mas não o primeiro nome. O velho se anima e diz que se tem essa informação, então será fácil reconduzi-la ao cativeiro. Romão preocupa-se com uma possível resistência de sua antiga amante, mas Botelho lembra que com a presença da polícia, não há resistência. Em seguida o português lembra que ainda assim a crioula pode comprar sua alforria e o velho diz-lhe que para isso seu antigo senhor teria que aceitar a negociação e mesmo que aceitasse, isso não seria mais da conta do português e, se ainda assim a mulher continuasse a importuna-lo, era só ele dar queixa na polícia, porque essas coisas (se livrar de Bertoleza) precisam ser bem feitas e realizadas o quanto antes, que esse problema não atrapalhava só o casamento dele.

O português já não estava mais tão agitado e caminhava devagar. Ao chegarem à praia, propôs ao “velho parasita” que ele realizasse o serviço de encontrar o senhor de Bertoleza em troca de boa gratificação. O velho aceita, mas pede valor alto. Romão estava tão desesperado que concordou. Assim, os dois combinam tudo para que o plano dê certo e Botelho, para animar seu parceiro, diz que faz tudo que for necessário para acabar com o sossego de um negro<sup>38</sup>.

---

<sup>37</sup> Ibidem – pp. 332 - 333

<sup>38</sup> Ibidem – pp. 334 – 336.

Depois da acalorada discussão com João Romão, Bertoleza se fez mais resmungona e concentrada no serviço, só dirigia a palavra a seu antigo amigo se fosse algo de primeira importância relacionado ao trabalho na venda. Entre eles, agora, não havia mais cordialidade, apenas olhares de desconfiança. Bertoleza agora vivia em medo constante de ser assassinada: só comia do que ela mesma preparava para si, só conseguia dormir depois que trancasse a porta do apertado cômodo ao qual foi relegada e a noite o menor barulho o sussurro era suficiente para fazê-la pular da cama de susto. Entretanto, mesmo com todo seu medo e noites em claro, continuava a trabalhar regularmente, esforçando-se sempre ao máximo, com privações de uma escrava, enquanto o lucro aumentava e enchia as gavetas da venda de João Romão<sup>39</sup>.

Ao final de um encontro entre João Romão, sua prometida, Miranda e sua esposa, Botelho aparece e sussurra ao ouvido do capitalista que estava tudo certo para o antigo senhor de Bertoleza ir até a venda naquele dia. Romão não quer estar presente quando o homem aparecer junto com a polícia para levar a negra e tenta convencer Botelho para que ele fique em seu lugar, mas o velho contesta e argumenta que é melhor que ele, o dono da venda esteja presente caso algo saia fora do planejado. Ainda assim João teme por estar presente nesse momento e o velho parasita diz para o homem se manter firme caso a mulher implore e se lamente, porque não foi ele quem a fez negra.

João lembra que já deve ser hora de voltar para casa e esperar pelos homens, mas o trem ainda iria demorar para passar, então os dois foram a um boteco próximo e beberam. Enquanto tomavam conhaque, Romão teve medo que o homem cobrasse dele os ordenados por todos os anos em que Bertoleza trabalhou em sua venda, mas Botelho o acalma dizendo que não houve acordo de aluguel, então não havia o que ser cobrado, em seguida o aconselha a dar alguma grana à negra pelo tempo de serviço que prestou. “O parasita” sugere um valor alto, mas o capitalista não contesta o valor, como fazia antigamente. Depois de algum tempo os homens pegaram o bonde e foram juntos até a morada do português<sup>40</sup>.

Romão estava jantando quando um de seus empregados avisou que na porta estava um homem acompanhado de dois praças. O português vai até a porta e se depara com um

---

<sup>39</sup> Ibidem – pp. 337 – 338.

<sup>40</sup> Ibidem – pp. 349 - 351

homem alto. Encontra-se trêmulo, mas pergunta o que eles querem. Era ele: o filho do antigo senhor de Bertoleza finalmente tinha chegado para levá-la. Botelho mostra o caminho até onde a negra se encontra. João Romão vai logo atrás, nervoso<sup>41</sup>.

Eles atravessaram o armazém até a cozinha. Bertoleza estava sentada no chão tirando as escamas de um peixe, já que havia terminado de servir os caixeiros, agora estava a preparar a janta de seu companheiro quando, de uma hora para outra viu parar diante de si aquele grupo sinistro de homens. De imediato reconheceu o filho mais velho de seu antigo senhor e um calafrio perpassou seu corpo. No mesmo segundo compreendeu toda a situação em que estava envolvida: foi enganada, sua alforria era falsa e já que seu parceiro não encontrou coragem para matá-la, então ele foi atrás de seu antigo senhor e o herdeiro dele estava ali para levá-la consigo de volta para o cativo. Pensou em fugir, mas olhando ao seu redor, viu que era uma alternativa inviável.

O herdeiro reconhece a negra e manda prendê-la. A crioula ficou imóvel, estava cercada de escamas ainda no chão e em uma de suas mãos segurava um facão de cozinha. Diante dela, estavam soldados desembainhado suas armas por medo de qual poderia ser a reação da mulher. Mas ela, levantando-se rápido o suficiente para não ser contida, em um ímpeto de desespero crava em si mesma o facão, rasgando o próprio ventre de lado a lado. Caiu para frente moribunda em uma poça de sangue. João Romão fugiu para o canto mais escuro do armazém cobrindo o rosto para não ver a cena<sup>42</sup>.

A forma como se deu o trágico fim de Bertoleza traz a reflexão a respeito da trajetória de muitas mulheres negras a partir da segunda metade do século XIX. Além disso, é possível pensar a respeito de sua relação com João Romão, ou seja, um relacionamento entre uma mulher negra e um homem branco nos últimos anos de escravidão legal no Brasil. O que teria levado ela a cometer suicídio?

Bertoleza desde o início do romance teve a cozinha como seu ambiente de trabalho, mas, para além disso, era escrava de ganho, o que a tirava do meio privado, que era o lugar natural das mulheres em sociedades ocidentais brancas. Durante o período em que a escravidão vigorava e mesmo após a abolição, dentre os indivíduos de pele negra, as

---

<sup>41</sup> Ibidem – p. 352

<sup>42</sup> Ibidem – p. 354

mulheres negras eram que as que, majoritariamente, ocupavam os serviços domésticos<sup>43</sup>, eram usadas como escravas do lar, mucamas, costureiras, lavadeiras, arrumadeiras, copeiras, carregadoras de água e amas de leite. Para Olívia Maria Gomes da Cunha, as “tarefas de limpeza e manutenção da casa eram realizadas e, ao mesmo tempo, percebidas como afins a um território distinto, uma vez que abrigava relações pessoais de parentesco e trabalho<sup>44</sup>”.

Para Verena Stolcke, o trabalho assalariado não foi capaz, no caso dos negros, de tornar os homens livres dos compromissos familiares -muito menos mulheres. Isso quer dizer que o trabalho assalariado esporádico não apenas desmoralizou os trabalhadores como também gerou conflitos no seio de suas famílias ao subverter o modelo tradicional familiar, no qual o homem é o principal mantenedor da família. Agora, com a mulher também participando da manutenção financeira do lar, alteram-se as formas tradicionais de organização e cooperação familiar.

Os homens trabalhavam “por conta”, isto é, enfatizava-se o controle sobre o próprio trabalho, embora o produto pertencesse ao fazendeiro; as mulheres trabalhavam para a família como um todo, ou seja, conceitualizava-se seu trabalho segundo quem se beneficia do produto<sup>45</sup>

Tudo isso se deve às construções sociais de gênero que impõe para as mulheres o ambiente privado/doméstico, como explica a filósofa Susan Moller Okin:

Os homens são vistos como, sobretudo, ligados às ocupações da esfera da vida econômica e política e responsáveis por elas, enquanto as mulheres seriam responsáveis pelas ocupações da esfera privada da domesticidade e reprodução. As mulheres têm sido vistas como “naturalmente” inadequadas à esfera pública, dependentes dos homens e subordinadas à família<sup>46</sup>

Flávia Fernandes de Souza (2012) explica que a introdução dessas mulheres no trabalho doméstico pode ser explicada por diferentes fatores, sendo um deles a escravidão, já que

---

<sup>43</sup> Censo 1872 disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br> (acesso em 18/11/2017, as 14:44h)

<sup>44</sup> CUNHA, Olívia Maria Gomes. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp. 377 a 418.

<sup>45</sup> STOLKE, Verena. Trabalho e moralidade familiar. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, pp.171 a 215

<sup>46</sup> OKIN, Susan Muller. Gênero, o público e o privado. In: *Revista Estudos Feministas* – Florianópolis, 2008. pp. 305 a 332.

muitas mulheres eram postas como “criadas de servir”. No pós-emancipação, muitas mulheres negras buscaram atividades relacionadas ao serviço doméstico porque era essa atividade que tinha desempenhado a vida inteira como escrava ou ainda porque as atividades eram próximas ao que elas já estavam acostumadas a realizar dentro de seus lares.

Quando mulheres negras assumiam funções fora do ambiente doméstico, a transgressão do meio privado para o público era suficiente para causar tão grande furor, que se tornava pauta de discussão em câmara entre políticos<sup>47</sup>. Isso porque os homens de poder das décadas de 1860 a 1880 já possuíam suas próprias ideias do que era a emancipação para mulheres negras e esse projeto de liberdade deveria começar na infância. Assim, começam a surgir escolas que admitiam meninas ingênuas. Nessas instituições, as meninas negras eram ensinadas a lavar, passar, cozinhar, preparar bebidas, costurar, cuidavam de crianças mais novas e serviam as colegas brancas.

A justificativa para tal forma de educar estava relacionada ao medo que as elites possuíam a respeito do que os negros que passariam a serem livres poderiam fazer com sua liberdade, já que nunca a experimentaram. Para a aristocracia, assim que fossem emancipados, seria certa a negação do negro ao trabalho, por isso era preciso que fossem ensinados desde cedo como proceder e, de preferência, que essas lições sobre trabalho fossem passadas em instituições de ensino, por professores e não em casa, pelos seus próprios pais (quando tinham contato), visto que estes já encontravam-se envenenados pela escravidão e pela repulsa ao serviço.

Outro motivo para se educar meninas negras para o ambiente doméstico está relacionado ao fato de que o Brasil no final do século XIX ainda não possuía serviço doméstico especializado, enquanto na Europa existiam famílias que se dedicavam gerações após gerações a essa atividade. Para os homens que compunham as elites de 1880 era esse o

---

<sup>47</sup> COSTA, Valéria Gomes. Mônica Costa e Teresa de Jesus: Africanas libertas, status e redes sociais no Recife Oitocentista. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 100

sentido de liberdade para meninas negras, futuramente mulheres negras: ser livre para continuar a servir<sup>48</sup>.

A maternidade da mulher negra passa a ser uma questão a se pensar a partir de 1871, quando os senhores perdem o controle sobre a descendência de sua escrava e a criança não mais se tornaria necessariamente mais um braço para o trabalho. Se a criança nasce, passa a existir mais uma possibilidade de sobrevivência para a mulher: ama de leite. Pagava-se bem por esse serviço, mas ele implicava, algumas vezes, abdicar da alimentação do próprio filho para alimentar o filho de uma mulher branca. Dessa maneira, a maternidade é duplamente negada para a mulher negra: quando seus futuros filhos deixam de representar lucros e quando, para garantir a sua sobrevivência e a de sua cria, é preciso se dedicar mais ao filho de outra pessoa.

Era por meio da lida diária e instrumentalização de seus corpos que as mulheres negras conseguiam se manter vivas. Nos colégios, as meninas negras não eram ensinadas a serem boas mães para criar bons cidadãos que contribuíssem para uma sociedade mais justa e igualitária, assim como acontecia com as meninas brancas, elas eram ensinadas a servir. E não servir umas às outras, mas servir as meninas brancas<sup>49</sup>.

É nesse limbo da eterna servidão que Bertoleza se encontra e é isso que ela representa na visão das elites sobre o que faria e como viveria em liberdade uma mulher negra que passou a vida inteira em cativeiro. Giovanna Xavier (2012) lembra ainda que seu nome e seu comportamento se remetem ao “Bertoldo”, que significa palerma, brutamontes, asneira, parvoíce ou besteira.

Mesmo depois de acreditar estar livre, a personagem é construída para parecer estar tão acostumada com o trabalho, que se submete à autoridade de outro homem branco e sequer percebe, porque dessa vez, não é só o trabalho que está em jogo, mas também os laços afetivos que a negra imaginava que seu amigo tivesse por ela e todas os bens e lucros que

---

<sup>48</sup> COWLING, Camilla. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012.

<sup>49</sup> *Ibidem*

ela tinha certeza que eles estavam construindo juntos e um dia pensava desfrutar desses ganhos.

João Romão não teve a mesma coragem que Clarimundo – homem que mata a companheira em um dos casos apresentados no capítulo 02 -, mas depois de uma pergunta de Botelho conseguiu pensar um plano tão cruel quando a morte: leva-la de volta à “escravidão legal”. Esse termo é utilizado pelo narrador durante a conversa entre os compadres para descrever o que se passava na cabeça da personagem. Isso quer dizer que o homem, mesmo que não dissesse em claras palavras, tinha consciência de que estava a reescravizar a pobre “crioula”.

A negra, apesar das poucas palavras que passou a trocar com seu amigo depois da discussão que tiveram sobre o que tinham conquistado juntos, ainda era responsável por todas as atividades domésticas da venda e da casa. Estava preparando um peixe para o jantar de João quando é encurralada na cozinha e se depara com o filho mais velho de seu antigo senhor acompanhado das autoridades. Nesse momento, Bertoleza logo entende tudo que aconteceu em sua vida nos últimos anos: foi enganada sentimentalmente e sua alforria era falsa. Ao se ver cercada e sem ter para onde fugir, em um ato desesperado golpeia seu próprio ventre, rasgando-o de um lado a outro.

Quando Bertoleza se dá conta desse plano macabro, toma a atitude extrema do suicídio. Não por acaso, o local que a escrava escolhe para esfaquear é o seu ventre, parte do corpo feminino negro que foi alvo de acalorados debates nas duas últimas décadas da escravidão, debates esses que culminaram, entre outros, na Lei do Ventre Livre de 1871.<sup>50</sup>

Escolher tirar sua própria vida golpeando o próprio ventre é simbólico por uma série de fatores, que vão desde o argumento apresentado por Xavier, até o fato de se encerrar a própria vida pelo local do corpo onde se gera vida, e a partir de então, vida livre. Entretanto, a vida gerada no ventre de Bertoleza jamais seria livre, assim como ela também não foi. Talvez nem tivesse chances de nascer, como acontece no caso da preta Isabel e como Romão sempre cuidou para que não acontecesse dando-lhe chás abortivos

---

<sup>50</sup> XAVIER, Giovanna. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 75

preparados por uma das moradoras do cortiço. A lei de 1871 garantia liberdade institucional, mas não prática à descendência de mulheres negras.

No início da trama, João Romão vê Bertoleza como a peça perfeita para lograr sua escalada pela ascensão social, porque ela era a boa escrava obediente, trabalhadeira e fiel ao seu senhor e pouco tempo antes de estarem juntos, a mulher se relacionava com outro homem branco e português, o que para ele poderia significar que ela já estava acostumada a confiar e se submeter a homens com essas descrições. Essa descrição fazia dela a pessoa certa para estar ao lado dele naquele momento em que ainda não tinha nada além de uma vendinha e muita vontade de tornar-se rico.

Assim quando consegue ascender economicamente, João Romão aspira a ascensão social por meio de sua entrada na alta sociedade. Ele possuía o dinheiro, mas lhe faltava a porta de entrada. A solução que pensou junto com Botelho foi casar-se com Zulmira, filha de Miranda, que agora era um nobre. A partir desse momento, Bertoleza passa a ser não só descartável, como também um peso que o puxa para baixo e impede sua escalada social. Na mesma noite em que sonha com os grandes salões iluminados frequentados pela nobreza, se deita ao lado da negra na cama que dividiam com nojo pelo ambiente e pela companhia. Na cabeça da personagem, o antagonismo é claro: Bertoleza representa tudo que é oposto ao requinte nobre. Agora, a “crioula” não era mais a solução, a peça perfeita, tornara-se então um problema a ser resolvido o quanto antes.

O drama de Bertoleza é importante para se pensar a respeito de como a existência dessas mulheres na sociedade brasileira do final do século XIX se tornou um problema a partir dos olhares que homens brancos lançaram sobre elas. A personagem encontra-se em constante servidão e só proclama-se como ser humano digno de respeito depois de notar que está sendo passada para trás (“Você está muito enganado, seu João, se cuida que se casa e me atira atoa! exclamou ela. Sou negra, sim, mas tenho sentimentos!...”<sup>51</sup>). Quando toma consciência de si, Bertoleza passa a ser um problema, do contrário, se permanecesse trabalhando, servindo sem reclamar o que lhe é direito e mantivesse o *status quo*, a negra talvez não fosse pensada como um incômodo.

---

<sup>51</sup> AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço*. Ministério da Cultura – Fundação Biblioteca Nacional – p. 115

Foi por meio de Bertoleza, Aluísio de Azevedo politizou as histórias de mulheres como Isabel, Maria Luiza, Etelvina e muitas outras mulheres de pele negra reais que viveram as últimas décadas de escravidão. A existência dessas mulheres na sociedade passa a ser encarado como um problema no pós-abolição, porque, assim como o autor sugere ao construir uma personagem como Bertoleza, elas não eram capazes de gerir seus próprios destinos tanto por serem negras, quanto pela carga que a escravidão representava em suas vidas. Para elas, assim como para a personagem, foi imposta uma forma desumana de vida e a falta de possibilidades associada ao desespero fez com que Bertoleza cometesse suicídio.

## Conclusão

No final do século XIX, o aumento do número de cortiços faz nascer o debate a respeito do que precisava ser feito para conter seu crescimento. A maioria dos moradores dos cortiços era negra. Por esse motivo tais espaços tornaram-se importantes na luta negra. Entretanto, para a outra parte da sociedade – os não-negros que não moravam nesse tipo de habitação -, os cortiços eram sinônimo de sujeira, doenças e baderna, precisavam ser extirpados da sociedade carioca<sup>52</sup>. Esse é o ambiente que Aluísio de Azevedo imprime nas páginas de seu romance no momento em que o debate sobre o destino dos cortiços cariocas estava mais acalorado.

A relação entre Bertoleza, escrava de ganho que é tratada diversas vezes como “cafuzas”, “preta” e “negra”, e João Romão, português com delírios de riqueza é, como procurei argumentar ao longo dessa monografia, caminho fácil para estudar a politização das experiências de mulheres negras no pós-abolição. Mas para isso é preciso, como vem afirmando a historiografia do pós-abolição e sugere Azevedo em seu livro, voltar aos anos de cativo e levar em consideração leis que transformaram a relação entre senhor e escravo, como é o caso da Lei do Ventre Livre de 1871. A partir desta, o ventre da mulher negra vira pauta de homens brancos que tem o poder de definir o futuro de uma parcela da população brasileira.

A visão dos homens brancos sobre mulheres negras é justamente o que esteve em pauta nesta monografia já que Bertoleza, então, é a construção do autor de uma personagem mulher negra que foi escrava a vida inteira; trabalhava em meio urbano a tempo suficiente para possuir clientela fiel; mantém relacionamentos amorosos com homens brancos portugueses, porque segundo o narrador, mulheres “cafuzas” não se submetem a homens negros e sempre buscam homens com raça superior a sua; e tem fidelidade e obediência aos homens brancos que a cercam. Além disso, Bertoleza confia em João Romão deixando sob sua guarda até mesmo suas economias para compra de sua alforria. A vida da personagem é de eterna servidão: primeiro ao seu senhor e depois a João Romão, seu

---

<sup>52</sup> CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril: cortiços e epidemias na corte imperial* – São Paulo: Companhia das Letras, 1996, p. 34

novo amante, que forja uma alforria, a liberta, mas a faz trabalhar para ele com “papel tríplice de caixeiro, criada de amante”.

No início de toda história, Bertoleza é a solução que João Romão vê para conseguir realizar seu desejo de enriquecer, por isso inicia um relacionamento amoroso e a trata bem, levando-a no pagode algumas vezes aos domingos e dividindo cama com ela nem ver problema na imagem da companheira. Mas a medida em que vai conseguindo acumular riquezas, João Romão vai tornando-se rude com a companheira, como se ele estivesse em constante progresso deixando-a para trás e o fato dela ficar para trás e morar junto com ele representava o peso que o impedia de progredir com mais rapidez.

Depois de acumular bastante capital, João Romão expande seus negócios e passa a se vestir melhor. Enquanto isso, Bertoleza permanece suja, fedorenta e mal arrumada, sempre enfurnada na cozinha ou correndo de um lado para outro para servir os clientes. Agora que possuía dinheiro, João Romão precisava ser inserido na alta sociedade e a porta de entrada que encontrou foi casar-se com Zulmira, a filha de Miranda, seu vizinho e antigo rival que havia comprado um título de nobreza.

Quando passa a sonhar com os salões iluminados da alta sociedade, João Romão tem a certeza de que Bertoleza teria se tornado uma pedra no seu caminho para o progresso, a preta que antes era a solução, agora era o problema. Bertoleza ouve seu companheiro planejando se casar com outra e intervém na conversa exigindo parte dos ganhos que João Romão agora esbanjava em jantares com a família de Miranda. Na cabeça dela, tudo aquilo tinha sido conquistado pelos dois juntos, na de João Romão, tudo aquilo era dele, e ela nada mas era do que uma emprega, uma criada, um caixeiro ou simplesmente uma escrava.

Bertoleza pela primeira vez se percebe não apenas como uma serviçal, mas como merecedora dos frutos adquiridos a partir de seu trabalho e seu suor, ainda assim a negra continua suas atividades domésticas, como se isso fosse intrínseco a quem ela era e a quem ela sempre iria ser. Para não restar dúvidas de que Bertoleza jamais voltaria novamente a negar sua natureza – que de submissão e servidão aos homens brancos - e declarar-se mais uma vez merecedora de ganhos, João Romão apela para o plano de levá-la de volta à escravidão legal.

A história da personagem se encerra com um fim dramático, no qual, ao perceber que foi enganada por seu parceiro durante todo tempo e que seria reconduzida ao cativeiro, ela se mata rasgando seu ventre de lado a lado com uma peixeira.

Aluísio constrói uma personagem verossímil inspirada em casos reais de mulheres negras que, dentro da visão dos homens brancos que compunham a elite da sociedade brasileira na segunda metade do século XIX, não sabem viver em liberdade, porque nunca a experimentaram e não sabem o que fazer com ela, por isso são exploradas por seus companheiros e não percebem. A falta de percepção da situação em que se encontrava, no caso de Bertoleza, diz respeito também ao envolvimento sentimental que possuíam, no qual ela tinha confiança em seu amigo, que era a raça que ela mesma acreditava ser superior e jamais imaginaria ser passada para trás, como acontece com o desenrolar da história.

O ato final não é apenas dramático, mas também carregado de simbologias. A primeira delas é a de findar sua vida com um golpe no ventre, já que o ventre da mulher negra passa a ser debate entre homens brancos desde 1871. E o segundo, a mulher negra que parece não estar pronta para viver a liberdade sem a tutela de um homem branco percebe que até então nunca tivera saído do cativeiro, mas se recusa, por meio da morte, que lhe era a única garantia, a voltar para um.

## Fontes e Bibliografias

### 1 – Fontes

#### 1.1 – Livro

AZEVEDO, Aluísio. *O Cortiço* – Rio de Janeiro: B. L. Garnier, 1890

#### 1.2 – Jornais

Cidade do Rio – Rio de Janeiro: 1887 – 1893

Jornal do Commercio – Rio de Janeiro: 1888

#### 1.3 – Leis

Lei 2040 de 1871 Disponível em: <http://www2.senado.leg.br/bdsf/item/id/185618>

(acesso às 18:14h, 08 de fevereiro de 2018)

### 2- Bibliografias

#### 2.1- Livros

BOSI, Alfredo. *História Concisa da Literatura Brasileira*. São Paulo: Cultrix, 1978

CHALHOUB, Sidney. *Cidade Febril* - São Paulo: Companhia das Letras, 1996

CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007

FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio dos Santos; SOARES, Carlos Eugênio Líbano; MOREIRA, Carlos Eduardo de Araújo. *Cidades Negras: Africanos, crioulos e espaços urbanos no Brasil escravista do século XIX* – São Paulo: Alameda, 2006

RIOS, Ana Lugão e MATTOS, Hebe. *Memórias do Cativo: Família, trabalho e cidadania no pós-abolição* – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005

SEVCENKO, Nicolau. *Literatura como Missão: tensões sociais e criação cultural na Primeira República*. 2ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2003

SODRÉ, Nelson Werneck. *História da Imprensa no Brasil* – 4ª ed. – Rio de Janeiro: Mauad, 1999

XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto e GOMES Flávio. *Mulheres Negras no Brasil escravista e pós-emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012.

## 2.2- Artigos

CLAEYS, Gregory. A "sobrevivência do mais apto" e as Origens do darwinismo social. In: *Revista de História das Ideias* 61 – 2000. (2): 223-240

COSTA, Valéria Gomes. Mônica Costa e Teresa de Jesus: Africanas libertas, status e redes sociais no Recife Oitocentista. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs.). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, p. 98 – 111

COWLING, Camilla. O fundo de emancipação “Livro de Ouro” e as mulheres escravizadas: gênero, abolição e os significados da liberdade na Corte, anos 1880. In: \_\_\_\_\_ pp. 214 – 227.

CUNHA, Olívia Maria Gomes. Criadas para servir: domesticidade, intimidade e retribuição. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p. 377 a 418

GRINBERG, Keila. Reescravização, direitos e justiças no Brasil do século XIX. In: LARA, Silvia Hunold; MENDONÇA, Joseli Maria Nunes. (orgs.). *Direitos e justiças no Brasil: ensaios de história social*. Campinas: Editora da Unicamp, 2006, p.101-128

JUNIOR, Gilberto Ferreira Sena. *Realidade versus ficção: A literatura como fonte para a escrita histórica*. Anpuh, 2013.

OKIN, Susan Muller. Gênero, o público e o privado. In: *Revista Estudos Feministas* – Florianópolis, 2008. P. 305 a 332

PESAVENTO, Sandra Jatahy. *História e literatura: uma velha-nova história, Nuevo Mundo Mundos Nuevos*, Debates 2006. Disponível em: <http://nuevomundo.revues.org/document1560.html>. (acesso em 10 de fevereiro de 2018)

REIS, Adriana Dantas. Mulheres “afro-descendentes” na Bahia: gênero, cor e mobilidade social. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012, pp. 24 – 34

STOLKE, Verena. Trabalho e moralidade familiar. In: CUNHA, Olívia Maria Gomes e GOMES Flávio dos Santos (orgs.). *Quase Cidadão: histórias e antropologias da pós-emancipação no Brasil* – Rio de Janeiro: Editora FGV, 2007, p.171 a 215

XAVIER, Giovanna. Entre personagens, tipologias e rótulos da “diferença”: a mulher escrava na ficção do Rio de Janeiro no século XIX. In: XAVIER, Giovana; FARIAS, Juliana Barreto; GOMES, Flávio (orgs). *Mulheres Negras no Brasil Escravista e do Pós-Emancipação* – São Paulo: Selo Negro, 2012 pp. 67-83

### 2.3- Sites

Censo 1872 disponível em: <http://www.nphed.cedeplar.ufmg.br> (acesso em 18 de novembro de 2017)